

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL: INTERDIÇÃO INSTITUCIONAL À ESCOLARIZAÇÃO PELO PODER E SEUS REFLEXOS NO SÉCULO XXI

Roberto Santiago¹

Resumo

Este texto trata da interdição da escolarização do negro no Brasil na relação institucional de poder, a partir do referencial teórico debatido e compartilhado no curso de Pós-Graduação para as Relações Étnico-raciais do IFPA - Instituto Federal do Pará, Campus Belém, em 2012, dialogando com: (Cruz, 2006), (Cunha, 1999), (Fonseca, 2002), (Garcia, 2007), (Muller, 1999), (Rocha, H., Viana, 2011). É apenas um exercício reflexivo acerca da invisibilização do negro à escolarização no Brasil, o início da escravidão e a lei de interdição Imperial.

Palavras-chave: Interdição à escolarização; invisibilização; Lei 10.639/03.

THE HISTORY OF THE NEGRO EDUCATION IN BRAZIL: PROHIBITION INSTITUTIONAL TO SCHOOLING BY THE POWER AND ITS REFLEXES IN XXI CENTURY

Abstract

This text deals with the interdiction of blacks schooling in Brazil in relation to institutional power, from the theoretical framework discussed and shared in the course Postgraduate for Racial-Ethnic Relations of the IFPA - Instituto Federal do Pará, Belém Campus in 2012, dialoguing with: (Cruz, 2006), (Cunha, 1999), (Fonseca, 2002), (Garcia, 2007), (Muller, 1999), (Rocha, H., Viana, 2011). It's just a reflective exercise about the invisibilization of black schooling in Brazil, the beginning of slavery and the Imperial law of interdiction.

Keywords: Prohibition to schooling; invisibility; Law 10.639/03.

¹ Roberto Santiago Ferreira: Professor de História do Sistema Modular de Ensino no Município de Igarapé-Miri-Pa, Especialista em Relações Etnicorraciais pelo IFPA-Instituto Federal do Pará, Campus Belém, email: Tiago.ferreira1@yahoo.com.br, telefone (91) 92002247/ 82367072 / 32281338.

HISTOIRE DE L'ÉDUCATION DU NOIR AU BRÉSIL: INTERDICTION INSTITUTIONNELLE À SCOLARISATION POUVOIR ET SES RÉFLEXES EN SIÈCLE XXI

Résumé

Ce texte traite de l'interdiction de la scolarisation du noirs au Brésil en relation institutionnelle de pouvoir, à partir du référentielle théorique discutée et partagée dans le cours de spécialisation des Relations Ethnique-Raciales de l'IFPA - Instituto Federal do Pará, Belém Campus en 2012, en dialoguant avec: (Cruz, 2006), (Cunha, 1999), (Fonseca, 2002) (Garcia, 2007), (Muller, 1999), (Rocha, H., Viana, 2011). C'est juste un exercice de réflexion sur l'invisibilité du noir à la scolarisation au Brésil, le début de l'esclavage et de la loi d'interdiction impériale.

Mots-clés: Interdiction à la scolarisation; invisibilité; Loi 10.639/03.

LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN DEL NEGRO: INTERDICCIÓN INSTITUCIONAL A LA ESCOLARIZACIÓN POR EL PODER DE SUS REFLEJOS EN EL SIGLO XXI

Resumen

Este texto trata de la interdicción de la escolarización del negro en Brasil en la relación institucional del poder, a partir del referencial teórico discutido y compartido en el curso de Pós- grado para la Relaciones Étnico-raciales del IFPA- “Instituto Federal do Pará”, ubicada en Belém, en 2012, dialogando con: (Cruz, 2006), (Cunha, 1999), (Fonseca, 2002), (Garcia 2007), (Muller, 1999), (Rocha, H Viana, 2011). Es apenas un ejercicio de reflexión acerca de la invisibilización del negro y la escolarización en Brasil, el inicio de la esclavitud y la ley de interdicción Imperial.

Palabras-Clave: Interdicción a la escolarización; Invisibilización, Ley 10.639/03.

INTRODUÇÃO

Historicamente tudo que se refere à África é colocado como negativo, “incivilizado” em relação ao africano, uma tendência de colocar o negro como um “coitadinho”, com a intenção de invisibilizar a história do negro e sua importância para o desenvolvimento social do Brasil, ação decorrente de quem estar no poder.

A produção historiográfica eurocêntrica que viceja, geralmente tende a omitir a presença do negro na escola, bem como o processo de “obstacularização” afrodescendente na escola, no contexto imperial no Brasil, além da carência de estudos acerca da história do negro na escola brasileira, fator que demanda uma melhor análise desse contexto histórico que possibilite compreensão das políticas públicas a partir do Parecer nº CNP/CP 003/2004, Resolução nº. CNE/CP 001/2004 e no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana/2009. Tarefa não tão somente do historiador de ofício, mas da sociedade como um todo.

O artigo divide-se em três partes. Na primeira parte, tratamos, com breve análise, do contexto histórico institucional do negro no Brasil pela interdição por decreto (Lei de 1854). Segundo, discorreremos sobre a lacuna bibliográfica acerca da inexistência de experiências escolares dos negros, anterior à década de 1960. E por fim, apresentaremos reflexões filosóficas e institucionais acerca dos processos educacionais nas relações sociais impregnadas pela relação de trabalho no tocante a interdição do negro à escolarização no Brasil e seus reflexos no século XXI.

MARCO SITUACIONAL

Analisar o contexto histórico e institucional da interdição do negro no Brasil acerca da escolarização a partir de proposta de estudo da História da Educação/Interdição do Negro no Contexto da Legislação Brasileira com o objetivo de compreender os processos de escolarização do negro, bem como a trajetória institucional da educação dos descendentes de africanos no Brasil, é pensar sobre as possibilidades que enlaçam: estratégias de escolarização na relação de poder; interdição por decreto (Lei de 1854); um novo contexto de escravidão e políticas afirmativas de reparação no século XXI.

Nesse sentido, é preciso perceber o processo organizativo dos negros em entidades, escolas, clubes recreativos, associações, imprensa negra, entidades religiosas

ou beneficentes, grupos culturais e teatro amadores, no tocante ao acesso e permanência da escolarização apresentando contextos e sentidos que possam motivar o sistema educacional para além do exercício de incluir nos currículos, conteúdos de escolaridade, mas, trabalhar com a perspectiva de desconstruir o “eurocentrismo” histórico ainda presente no século XXI, no que se refere à história da educação brasileira.

AFERINDO O PROBLEMA

A lacuna bibliográfica percebida e postulada por (Cruz, 2006) acerca da inexistência de experiências escolares dos negros, anterior à década de 1960, traz novas perspectivas sobre o assunto no tocante à pesquisa científica para dar visibilidade à questão da obstacularização da escolarização do negro na educação brasileira, desmitificando o discurso estereotipado a respeito da trajetória histórica da população afrodescendente no Brasil.

Nesse sentido é preciso compreender a questão da invisibilidade dos negros nas abordagens históricas em educação que indica a inexistência de participação do negro na história da educação brasileira, processo que não pareceu ser relevante se considerarmos as peculiaridades de acesso aos saberes formais instituídos pela relação de poder.

Aspectos acerca da cidadania, adequação ao processo institucional aos moldes das exigências oficiais – “o negro lutou por seus direitos não de forma massiva, mas criaram alternativas para escolarização”. O que nós remete a uma reflexão sobre a praxe da história enquanto disciplina que continua sendo uma reprodução da invisibilidade da história da educação dos negros no Brasil!

Do ponto de vista filosófico é possível perceber em (Fonseca, 2002) que mostra um período sem escola, tentando provar que o tratamento dado à criança escrava, relacionado à educação, fazendo uma reflexão teórica da relação entre educação e escravidão. Ou seja, você se tornava escravo através de processos educacionais nas relações sociais impregnadas pela relação de trabalho.

Pesquisa delimitada por (Fonseca, 2002) aos escravos que nasceram no Brasil de uma “educação *tradicional*, cunhado pelo historiador Justino Magalhães (1996) em sua análise acerca da sociedade portuguesa entre os séculos XVI e XIX”, pertinente à análise dos mecanismos de dominação no processo de construção da sociedade brasileira, imbricadas no processo educacional que tinha três métodos: adestramento; impregnação e violência.

Este conceito de educação tradicional, ou seja, uma educação sem escola, uma educação feita pela escola, e fora da escola, são tendências de um aprendizado adestrado, violento de uma educação para formar o trabalhador escravo, tendo a criança por “volta dos doze anos já atingia a maior idade”, educada profissionalmente por sobrenome. “Quem escolhia a profissão era o dono do escravo de acordo com a atividade econômica e o perfil do escravo”.

“Assim, de forma semelhante a qualquer criança nascida em qualquer tempo e lugar, a que nascia como escrava chegava a uma sociedade que lhe era absolutamente estranha”. Alguém escolheu o que o negro ia ser de forma violenta e relativizada, sendo que o mecanismo utilizado para esse processo educacional tinha como principal objetivo a mão de obra para atender os interesses do capitalismo, pois o interesse do dominador era a mão de obra especializada.

Por que será que a “súplica” da escolarização institucional de Pretextato era atendida no campo privado? Haveria então a necessidade da mão de obra do negro pela emergência de um novo modelo econômico no Brasil com o fim do Império?

Nessa perspectiva de análise podemos perceber a “crise do modelo agrário-comercial exportador dependente e da tentativa de incentivo à industrialização (1870-1894), configurando-se no fim do Império e instauração da Primeira República (1891) (Ribeiro, 2000)”.

Em Reinventando um Passado: Diversidade Étnica e Social dos Alunos das Aulas Públicas de Primeiras Letras na Corte, na Primeira Metade do Século XIX, onde a História da educação postulada por (Silva, 2006) que, expressa a presença de meninos de cor nas escolas do Rio de Janeiro e, tem como objetivo, demonstrar o poder do atraso

e propor a necessidade de construir uma história da educação do negro no Brasil, reafirmando que houve sim interdição:

Há um outro tipo de utilização da história e, consequentemente, do passado, ancorada em determinados tipos de “tradições” constantemente renovadas, em constatações de práticas inalteradas no decorrer do tempo e em determinado eventos aparentemente repetitivos, cuja intenção é sustentar um determinado status quo, alimentando um conformismo segundo o qual acredita-se que “se as coisas sempre foram assim, elas não têm jeito, não vão mudar jamais. Esta seria a história da manutenção, uma das expressões e dos instrumentos do poder – e dos discursos em prol – do “atraso”, constitutivo da sociedade brasileira (Silva, 2006, p. 38).

Desconstruir a historiografia do trato do negro como “coitadinho”, comum ao livro didático, é tarefa de todos a partir dos processos de lutar contra o discurso acerca do poder pelo atraso do negro na educação brasileira, significa romper com este estereótipo inserido nos processos de escolarização pública.

Nesse sentido o discurso das cotas foi massificado de forma depreciativa e determinista com a falácia “de que quem entra pela cota é burro”, sendo que o contexto histórico analisado por (Silva, 2006), é anterior ao da legislação da interdição 1854 que busca a especificidade da escola pública, anterior ao decreto lei de 1854, mostrando também, o negro da escola privada que a época não era de qualidade, a aula era na casa do professor ou no prédio onde o professor morava. Sendo a escola pública de qualidade. Entretanto é preciso observar a postura de quem conta a história visibilizando ou perpetuando o que se diz do negro acerca da inferioridade.

Em “Identidade Fragmentada” por (Garcia, 2007), é possível perceber o negro não tão somente como vítima, mas como sujeito social no processo de inclusão social do negro, entendendo que, “é preciso ter claro que o racismo, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento não atingem apenas os negros, mas os brancos e outros grupos étnico-raciais”. Entretanto o movimento pela liberdade e de direitos sociais tinha uma dimensão familiar.

A invisibilização da África, postulada por (Rocha e Viana, 2011), com referencia a história da educação do negro, bem como as políticas reparatórias da exclusão social do negro, quatro anos após a implantação da lei 10.639/03, analisando

os fatores que inviabilizam a eficácia da Lei no sistema educacional brasileiro, ancorados na ausência do material didático e na formação continuada dos professores, fatores que reforçam o interdito secular à escolarização do negro no Brasil.

Ademais, os conteúdos desvinculados da realidade social dos educandos na educação infantil, além do livro didático que reproduz a prática excludente e etnocêntrica de uma visão eurocêntrica que ainda viceja e contribuem para o alargamento da interdição à escolarização do negro na educação brasileira.

Nesse sentido é importante rever a formação docente e incluir ações planejadas em suas atividades, visando superar deficiências do sistema de ensino público e privado do Brasil.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Apesar do avanço das políticas públicas de afirmação e reparação para o recrudescimento do racismo institucional e intolerâncias correlatas no Brasil, quando da implementação da Lei nº 10.639/03, após o parecer nº1 do Conselho Pleno e do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana/2009, tendo em vista o postulado nestes instrumentos legislativos para efetivação das políticas públicas afirmativas étnicorraciais, ainda persiste o desafio no sentido de institucionalizar as políticas públicas como políticas de Estado.

Falar de interdição no contexto da história da educação formal brasileira, é tentar perceber como se processa esse estado de interdição do negro que, antes, era para inibir a ascensão social do negro no tempo do império, sendo que hoje, essa interdição, está presente ao acesso aos conteúdos. Ainda vivemos o drama do interdito à escolarização dos negros, mesmo com todo aparato legislativo, político e institucional!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a História da Educação dos Negros. In: **Cadernos PANESB**, v. 8. dez. 2006.

CUNHA, P. M. C. da. Da senzala à sala de aula: como o negro chegou à escola. In: OLIVEIRA, I.(coord.) **Relações raciais no Brasil: alguns determinantes**. Niterói: intertexto, 1999.

FONSECA, Marcos Vinícius. Educação e Escravidão: um desafio para a análise historiográfica. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 4, jul/dez 2002.

GARCIA, Renísia Cristina Garcia. **Identidade Fragmentada**: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira 1993-2005. BRASÍLIA: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

HASENBALG, Carlos A. Desigualdades sociais e oportunidade educacional. A produção do fracasso. **Cadernos de pesquisa**, n.º 63, nov. 1987, pp. 24-26.

MONIOTE, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF. Jacques e NORA, Pierre. **História** (volumes I) tradução de Theo Santiago, Rio De Janeiro: F. Alves, 1976.

MÜLLER, M.L.R. Professoras negras na primeira república. In: OLIVEIRA, I. (coord.) **Relações raciais no Brasil: alguns determinantes**. Niterói: intertexto, 1999.

Questões étnicorraciais: estudos de caso no IFPA/; Helena do Socorro Campos da Rocha (organizadora). – 1. Ed. – Belém: IFPA, 2010. 1. Educação Básica. 2. Lei 10639/2003. 3. Formação de Professores. 4. Pós-Graduação – IFPA I. Rocha, Helena do Socorro Campos da II – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. III. Título.

ROCHA, H., VIANA, B.. Invisibilização da África: Apagamento da História e da Cultura do Negro na Educação Formal Brasileira. **Revista da ABPN**, América do Norte, 2, out. 2011. Disponível em:
[HTTP://WWW.ABPN.ORG.BR/REVISTA/INDEX.PHP/EDICOES/ARTICLE/VIEW/202](http://www.abpn.org.br/revista/index.php/edicoes/article/view/202). Acesso em: 20 Mai. 2012.

Recebido em março de 2013

Aprovado em maio de 2013